entre
Linhas

Notícias
Agenda
Resenha

Publicação do Conselho Regional de Psicologia - CRP - 07
Março/Abril
2008
Nº 1 ANO I

Mudanças na profissão

O reconhecimento das especialidades em Psicologia reconfigura a profissão no Brasil. Esta discussão estará entre os temas fundamentais do Sistema Conselho durante o ano e, por isso, ganha destaque na primeira edição do EntreLinhas.
O debate está aberto e você terá oportunidade de expor suas idéias no Fórum que o CRP-07 vai realizar no mês de maio. Confira na página 5.



FORA DOS CONSULTÓRIOS

A Febem que poucos vêem

Provão

Chegou a vez dos cursos de Psicologia

Entrevista

Marta Brízio e a Residência



editorial

O ano promete ser intenso

para a Psicologia, com muitos debates e decisões importantes referentes à profissão. E o CRP-07, através da Gestão Conexão, vai acompanhar tudo de perto, buscando engajar os profissionais gaúchos em questões de seu interesse. Quanto ao Conselho, o ano também é de renovação, e começa com aquele espírito bem apropriado ao novo milênio, no qual novidade e entusiasmo são palavras constantes. É assim que lhes apresentamos este EntreLinhas, a nova publicação do CRP-07. Como já havia sido anunciado no final do ano passado, é uma publicação diferenciada, que abandona o caráter meramente informativo para propor algumas reflexões sobre assuntos que interessam à categoria. A novidade também atende aos pedidos de muitos psicólogos, que falavam da necessidade de termos um veículo aberto a ensaios, opiniões diversificadas e, claro, aquelas notícias que interessam a todos. Além disso, o EntreLinhas chega para fortalecer ainda mais um dos objetivos da Gestão Conexão, que é o de aproximar e envolver a categoria com o seu Conselho profissional. Pensamos que um bom veículo de comunicação é importante para consolidar esta integração.

O EntreLinhas se pretende temático na maioria das edições, o que nós, da Gestão Conexão, acreditamos ser uma boa maneira de abordar um assunto sob vários ângulos. É o caso deste primeiro número, que tem como eixo a questão da formação do psicólogo. O tema, que está na ordem do dia e que se manifesta através de palavras como Especialidades, Provão, Diretrizes Curriculares e Residência, ressignificadas, precisa ser bem conhecido pelos psicólogos, já que as mudanças que estão sendo propostas foram lançadas dentro do contexto das modificações mais amplas que a sociedade brasileira vêm enfrentando na sua adaptação ao modelo proposto pelo governo federal. Será que os rumos que os psicólogos querem para sua profissão coincidem com o que vem sendo proposto?

Além de artigos, entrevistas e depoimento sobre a formação, o EntreLinhas ainda reserva espaço para a divulgação de eventos e notícias do CRP-07, resenhas e o perfil de um profissional que desenvolve atividades diferenciadas na área da Psicologia. Também não podemos deixar de anunciar que, em breve, estará disponível a página do CRP-07 na Internet. O endereço www.crp07.org.br também será um ponto de referência da categoria com o Conselho, oferecendo informações sobre cadastramento, funcionamento das comissões e notícias recentes. Como sempre, a Gestão Conexão está esperando sua participação. Escreva, mande sua opinião, sugira assuntos, envie seu artigo! Afinal, o site e o EntreLinhas foram criados para você, para mantê-lo bem informado sobre o dia a dia da nossa profissão.

Gestão Conexão

Gestão Conexão

• Adriane Souza da Silva Schein
• Ana Cristina Blaskoski Carissimi
• Andréa Giesen Lompa
• Aurinez Rospide Schmitz
• Bernadete Magalhães Trindade
• Carmen Regina Torquato Fernandez
• Célia Angelina Trevisi do Nascimento
• Janice Castilhos Gomes
• Maria Clara Soares Salengue
• Maria Regina Krás Borges
• Patrícia Schroeber
• Rejane de Oliveira Pousada
• Siloé Rey
• Simone Poester Schmidt
• Vera Elisabeth Verissimo

Diretoria

Presidente:
• Andréa Giesen Lompa
Vice-presidente:
• Ana Cristina Blaskoski Carissimi
Secretária:
• Célia Angelina Trevisi do Nascimento
Tesoureira:
• Simone Poester Schmidt

Comissão de Comunicação

• Adriane Souza da Silva Schein • Andréa Giesen Lompa • Siloé Rey • Vera Elisabeth Verissimo • Walter Firmo de Oliveira-Cruz

Conselho de Psicologia do Rio Grande do Sul / CRP-07
Sede
Av. Osvaldo Aranha, 1423 – sala 102
90035.191 – Porto Alegre/RS
Telefone/Fax: (51) 335.1838 330.3458
E-mail: crp07@portoweb.com.br
Site: www.crp07.org.br
(em preparação)

Seção da Serra
Rua Sinimbú, 2091/416
95.020-004 – Caxias do Sul/RS –
Telefone (54) 223.4529
Representante: Patrícia Schroeber

Seção Sul
Rua Félix da Cunha, 772/304
96.010-000 – Pelotas/RS –
Telefone (532) 27.4197
Representante: Giovani Cantarelli

• Os artigos publicados com assinatura são de inteira responsabilidade do autor e não traduzem, necessariamente, a opinião do Conselho Regional de Psicologia.

• Cartas, artigos e outras manifestações devem ser encaminhadas à Comissão de Comunicação. Os artigos devem ter, no máximo, 35 linhas.

entre Linhas

Uma publicação do Conselho de Psicologia do Rio Grande do Sul / CRP-07

Edição e textos: Mônica Kanitz (MTb 8103)
Fotografia: Patrícia Haubert
Projeto gráfico e editoração: Clô Barcellos
Impressão: Pallotti
Tiragem: 8 mil exemplares
Peridiocidade: bimestral
Distribuição gratuita

Fora dos consultórios

Uma grande família



Não muito longe dos holofotes da mídia gaúcha existe uma Febem diferente, que não faz motim e nem denuncia maus tratos. Uma Febem onde a palavra esperança faz parte do cotidiano. Basta olhar para a pequena Tatiana*, de seis anos. Lindinha, perfeita, amorosa, ninguém acredita que Tatiana foi considerada uma criança autista. Perto dela, Claudinho, de três anos, observa a movimentação. Recém ele começa a articular as primeiras palavras, mas os olhos, muito vivos, traduzem uma série de sentimentos. Nada mal para quem foi recolhido com tramautismo craniano, quase sem chances de sobreviver.

Esta "Febem diferente" e praticamente desconhecida fica próxima da comunidade, em quatro regiões diferentes: na Zona Norte de Viamão, nos bairros Ipanema e Belém Novo, e na avenida Padre Cacique, junto à sede da Febem. Batizado de Núcleo de Abrigos Residenciais (NAR), com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, o programa existe desde 1992 e foi criado para atender crianças vítimas de abandono, violência física ou negligência.

A estruturação do programa – um dos pioneiros no Brasil – é extremamente bem pensada e atende sentimentos básicos para a vida de qualquer ser humano: a convivência familiar num ambiente saudável. Assim, as crianças que são integradas ao programa (geralmente grupos de irmãos biológicos) vivem em casas, dividindo suas dependências com muitos outros meninos e meninas. E cada casa é atendida por duplas de cuidadores (um homem e uma mulher), que assumem o papel de pai e mãe destas crianças. Carinho e afeto também fazem parte do programa e é aí que começa uma bela história.

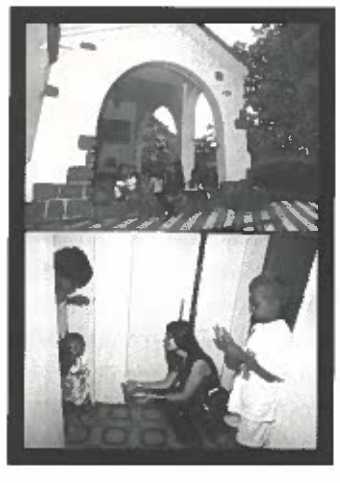


Quem chega em qualquer uma destas casas é muito bem recebido, geralmente por uma comitiva de crianças alegres e ávidas por novidades. Apesar do ambiente simplório, os pequenos moradores têm orgulho de sua casa e fazem questão de mostrar ao visitantes qual é sua cama, onde estão seus brinquedos e quem são seus amigos. Comida não falta. Nem alguém para ouví-los e orientá-los.

A psicóloga Ana Celina Garcia Albornoz é uma destas pessoas. Ligada ao NAR desde 1994, Ana Celina atua no complexo de seis casas do bairro Belém Novo, onde desempenha uma função crucial para o bom andamento de toda esta estrutura: ela participa da equipe que faz os primeiros contatos com a criança recém-chegada, o que possibilita o conhecimento de sua vivência anterior (geralmente traumática) e o entendimento do que é necessário para que possa retomar sua vida. E não são poucos os casos de crianças que apresentam sérios retardos no desenvolvimento ou traumas marcantes, o que demanda um atendimento psicológico constante.

A partir destes primeiros contatos com Ana Celina e os demais integrantes da equipe responsável pelas casas de Belém Novo (um assistente social, um técnico e administradores), a criança começa a desenvolver e a participar de atividades normais para sua faixa etária - como escola, médico, esporte e passeios -, que, dentro do possível, são desenvolvidas na comunidade. Para a psicóloga, é uma maneira saudável da criança recuperar sua identidade e adaptar-se a uma vida sem sobressaltos. E conta, emocionada, que é muito gratificante ver a criança se recuperando, se adaptando à nova realidade. Uma prova de que carinho, atenção e estrutura familiar são fundamentais na vida de qualquer um.

Como psicóloga, Ana Celina considera que o mais importante é desenvolver um trabalho preventivo para a saúde mental destes pequenos cidadãos, tentando impedir que seus traumas se transformem em doenças graves. Como profissional, acredita que o projeto é uma iniciativa louvável do Estado, que popicia às crianças aquilo que a família não pode lhes oferecer. Como ser humano, contribui para melhorar a vida de pessoas que certamente estariam condenadas a um futuro sem esperança. Uma responsabilidade que só lhe traz alegrias e que enriquece um dia-a-dia de agenda cheia, ao qual ainda se somam os atendimentos a crianças em seu consultório particular de psicoterapia e as aulas ministradas no Gaepsi (Grupo de Atendimento e Estudos em Psicoterapia) de Porto Alegre.







Nova realidade

O programa Núcleo de Abrigos Residenciais é vinculado à Diretoria de Proteção Especial, que está sendo desligada da Febem. Assim, ficará diretamente integrada ao Departamento de Assistência Social da Secretaria de Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul. Quem tiver interesse em conhecer o trabalho do NAR Belém Novo ou quiser outras informações pode fazê-lo através do telefone 259.1926.

*Os nomes das crianças foram trocados para preservar sua identidade.

ESPECIAL

Ser, ou não ser...

Ser, ou não ser, um especialista? Esta é uma questão que vem exaltando os ânimos de psicólogos do Brasil inteiro e chega para colocar mais lenha numa fogueira que foi acesa com a discussão da mudança das Diretrizes Curriculares. A intenção, segundo os defensores da idéia, é oferecer ao mercado um profissional mais capacitado e afinado com os novos tempos, no qual especialidade seria uma das palavras-chave.

A discussão sobre o reconhecimento e valorização do psicólogo especialista foi retomada em meados da década de 90 pelo Conselho Regional de Psicologia do Paraná, que considerou importante regulamentar os cursos de especialização oferecidos por entidades de seu Estado e não ligadas à estrutura universitária/acadêmica. Como a iniciativa do CRP do Paraná não poderia ficar regionalizada, a questão ganhou relevância nacional e mereceu a criação de uma comissão especial integrada às atividades da Assembléia Nacional de Delegados, instância da autarquia que deveria avaliar a questão da regulamentação das especialidades e suas implicações no mercado e no exercício profissional do psicólogo. No final do ano passado este grupo de trabalho, amparado nas opiniões da maioria dos CRPs do Brasil, apresentou um posicionamento favorável ao reconhecimento das especialidades e ao registro de psicólogo especialista, função que ficará a cargo do Conselho Federal de Psicologia. Não foi, entretanto, uma decisão unânime entre os CRPs, já que alguns se posicionaram contra e outros chamaram a atenção para a necessidade de uma discussão mais ampla e aprofundada sobre o assunto (caso do CRP do Rio Grande do Sul). Mas como a maioria foi favorável ao reconhecimento do registro, cabe agora aos CRPs definir critérios para a avaliação e regulamentação dos muitos cursos oferecidos por entidades privadas, principalmente na área clínica, e estabelecer com as mesmas um diálogo que seja proveitoso para todos os profissionais.

Prós e contras

Mas, afinal, é importante que o psicólogo seja especialista em alguma área de trabalho? As opiniões são divergentes, mas não se pode deixar de admitir que a busca de um maior aprofundamento vem acontecendo desde o reconhecimento da Psicologia como profissão, há quatro décadas. Quem deixa a faculdade geralmente procura continuar seus estudos, buscando cursos dentro ou fora da Universidade. E não só para se preparar melhor ou suprir possíveis falhas acadêmicas, mas porque a própria ciência psicológica exige estudos e aperfeiçoamentos sistemáticos. Esta ampliação de conhecimentos propiciou a entrada do psicólogo em áreas que vão além do trabalho nos consultórios ou junto a escolas e departamentos de recursos humanos, abrindo novas perspectivas de trabalhos e novos campos de atuação. Se até o momento estas especializações em Psicologia foram acontecendo conforme a demanda, pode ser saudável a sua organização e reconhecimento de maneira burocrática.

Ou não. A formação generalista do psicólogo possibilita uma visão mais abrangente do ser humano e seus problemas. Independente do profissional sentir-se mais ou menos atraído por um determinado campo de atuação isso não lhe rouba a capacidade de observar a realidade como um todo, princípio básico para o psicólogo. Assim, delimitar o seu campo de atuação por meio de um diploma poderia restringir ainda mais um mercado de trabalho que já está dificultado. Isso sem levar em conta a qualidade dos cursos de Especialização que já são oferecidos e que, com a possível aprovação da obrigatoriedade de especialidade, ainda venham a surgir.

Iniciativas do CRP-07

Este ano abre-se uma segunda fase de discussões que determinará quais são as especialidades e as exigências para o registro, dentre outras considerações. Ao ser concluído o trabalho da comissão responsável pelo assunto, o CFP deverá criar resolução normatizando o assunto. Como se vê, é uma discussão complexa e que está sendo levada com seriedade por todos os Conselhos Regionais do país.

O CRP-07 tem acompanhado estas questões que vem se desdobrando nacionalmente e oferece, nesta e nas próximas páginas, algumas opiniões que podem nortear o profissional do Rio Grande do Sul e auxiliá-lo a formar a sua própria sobre um assunto tão complexo. Além da questão da regulamentação das especialidades, o psicólogo vai poder saber o que alguns profissionais experientes pensam sobre outros temas relacionados à sua formação, entre os quais a residência para psicólogos, as diretrizes curriculares e o provão. Durante este ano, o CRP-07 pretende desenvolver alguns projetos que também contribuam para o esclarecimento e auxiliem na formação do psicólogo, como um curso de capacitação em legislação da profissão para estudantes de Psicologia e um fórum de discussões sobre a supervisão local dos estágios. Outra iniciativa é um Fórum sobre o Registro de Especialista, que será realizado no 19 de maio, às 14h, na sede do CRP-07. É importante que os profissionais gaúchos tirem a sua opinião sobre esta discussão, que pode mexer, consideravelmente, com o futuro da Psicologia.

Participe! Sua opinião é importante!



Não esqueça!

O quê:
Fórum sobre Registro de Especialistas

Quando:
no dia 19 de maio, às 14h

Onde:
na sede do CRP-07
(Osvaldo Aranha, 1423/102 - Porto Alegre)

Generalista ou especialista: eis a questão!

Sheyla Maria Borowski
Psicóloga terapeuta, mestre em Psicologia Clínica pela PUC/RS e sócia fundadora e docente do ESIPP (Estudos Integrados de Psicoterapia Psicanalítica)

Nesta discussão das vantagens e desvantagens da regulamentação das Especializações em Psicologia, o interesse parece estar mais concentrado em resguardar a própria classe - o que certamente é importante - (competição no mercado, absorção do número de profissionais, obrigatoriedade de pós-graduação, custos pessoais do iniciante etc), do que na competência e na qualidade deste profissional em Psicologia, considerado essencial como agente de saúde de uma sociedade - já que o objeto de interesse do psicólogo é a saúde e o bem estar do ser humano, inserido em seu grupo social.

Os cursos de graduação e pós-graduação são meros instrumentos, dentre outros, para que o psicólogo possa ser e dar o melhor de si no desempenho de sua tarefa em benefício do OUTRO, a quem se destina seu conhecimento. Mas, como esperar que ele possa abarcar todo o conhecimento deste universo complexo que é o HOMEM? As especialidades, certamente, não resolvem esta questão, mas podem abrir o campo de estudo e possibilitar seu aprofundamento. Por outro lado, para que serve um vasto e profundo conhecimento teórico-técnico de uma especialização sem uma formação pessoal daquele que dele fizer uso? Relacionar-se com o estudo humano requer, antes de mais nada, atitudes.

Lanço, pois, a seguinte questão: cursos de Especialização ou cursos de Formação?

Importância do reconhecimento do MEC

Jacqueline Moreira
Vice-diretora da Faculdade de Psicologia da PUC, representando os professores da faculdade

A Faculdade de Psicologia tem como objetivo a formação generalista, preparando o psicólogo para atuar em qualquer área. A partir desta visão geral de que o psicólogo já graduado pode procurar se especializar, deve haver uma preocupação com a qualidade destes cursos de especialização, o que só é garantido com o aval do MEC. Isso já ocorre com os cursos de pós-graduação oferecidos pelas universidades e deveria acontecer o mesmo com as demais instituições. De alguma forma, todas estas deveriam estar credenciadas ou vinculadas à Universidade, já que o diploma de especialização só tem validade se for expedido pelo MEC e somente este é capaz de avaliar condições básicas para o bom funcionamento de um curso, como corpo docente, seriedade, carga horária e qualidade do serviço oferecido.

Garantia de formação básica e generalista

Ângela Drügg
Coordenadora substituta do Curso de Psicologia da Unijuí, representando o núcleo de Psicologia da Universidade

Os Conselhos Regionais de Psicologia, em conjunto com outras entidades representativas da categoria, têm se mobilizado no sentido de garantir uma formação básica consistente frente ao projeto do MEC de definir novas diretrizes curriculares para os cursos de Psicologia. Pelo que temos acompanhado neste debate, há a prevalência de posição que aponta a necessidade de garantir uma formação básica generalista para o psicólogo. Pensamos que abrir, neste momento, o debate sobre a formação do especialista não seria oportuno. Além disso, consideramos necessário incrementar a fiscalização das práticas profissionais na atual estrutura dos Conselhos, antes de criar mais instâncias que terão que ser fiscalizadas.

A institucionalização por registro do exercício profissional por Especialidades

Maria da Graça Corrêa Jacques
Professora de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Generalidade ou especialidade é uma questão recorrente na formação do psicólogo. Foi polêmica quando da discussão das Diretrizes propostas pelo MEC para os cursos de Psicologia e retorna, agora, com a proposta de institucionalização do registro de especialista pelos Conselhos de Psicologia.

Tal proposta enseja uma ampla discussão e uma reflexão sobre alguns aspectos, como, por exemplo, a influência do modelo médico, a falência de cursos de graduação na formação do psicólogo, a excelência de muitos cursos de formação fora da Universidade, a escassez de cursos de especialização com qualidade nas instituições de ensino superior e a tendência dos psicólogos de circunscreverem seu exercício profissional entre seus pares. Além disso, os cursos de formação externos à Universidade são em maior número e têm mais tradição de qualidade no campo da Psicologia Clínica. Só mais recentemente, têm sido oferecidos cursos com formação para um exercício profissional diverso do modelo clássico de psicoterapia. Com a institucionalização do registro de especialista não se poderá reforçar o desvalor conferido a outros campos de atuação do psicólogo que não dispõem de cursos de formação de qualidade? É bom lembrar o texto clássico de Wanderley Codo, no qual o autor registra as qualificações ao psicólogo organizacional e do trabalho entre os pares: "lobo mau", "irmã menor".

Tais assinalamentos não significam um posicionamento contrário à proposta, pois corre-se o risco de que órgãos de classe (Conselhos) sejam, uma vez mais, alijados pelo MEC do debate sobre a formação profissional e que tenham que se submeter a critérios pouco transparentes e pouco democráticos (veja-se o caso das Diretrizes Curriculares, da avaliação dos cursos e Provão). Aponto estes aspectos sugerindo uma ampla discussão entre a classe.

entrevista

Marta Brízio



A Residência



Saída para os novos tempos

A psicóloga Marta Brízio trocou a capital argentina por Porto Alegre em 1976. Veio à convite do Departamento de Psicologia da UFRGS para organizar a clínica de atendimento da faculdade, à época um requisito do Ministério da Educação para a legalização do curso. Profissional reconhecida em seu país de origem, Marta viu com satisfação o crescimento e o aproveitamento da Clínica da UFRGS pela comunidade, um mérito que ela credita também aos colegas com quem vêm trabalhando ao longo de todos estes anos. A grande demanda pelos serviços da Clínica transformaram Marta numa defensora da Residência para a Psicologia. A luta, que existe há anos, e suas justificativas, estão na entrevista que segue, concedida por Marta Brízio à Comissão de Comunicação do CRP-07 em fevereiro passado, com a participação da psicóloga Susana Reis Coelho.

EntreLinhas (E) - Durante este ano os conselhos regionais vão discutir a questão do Registro de Especialidades. A partir disso, achamos que seria interessante retomar a questão da Residência, da qual a senhora é uma defensora...

Marta - Na primeira reunião nacional sobre a Residência se decidiu que estes cursos seriam os primeiros a ser reconhecidos, para depois pensar nas Residências. Aqueles que estão fazendo os cursos de especialização poderiam ser os professores, os supervisores das Residências. Mas cursos de especialização há vários, reconhecidos ou não, com ou sem importância, oficiais ou não....

E - A idéia que está circulando trata da regulamentação dos cursos autônomos pelo CFP, pensados fora dos parâmetros universitários...

Marta - Está certo. Residência não tem nada a ver com Universidade. Nesta reunião chegaram a falar que quem deveria controlar as Residências eram os departamentos de Psicologia Clínica das Universidades. Confesso que me assustei, porque esta é uma questão da profissão, que deve ser conduzida pelo Conselho Federal. Se não, vamos chegar novamente a questão dos mestrados e doutorados. O que faz um psicólogo quando chega diante de um paciente se não tem uma formação de outro tipo? Nós, da Clínica da UFRGS, começamos a pensar em Residência quando percebemos que não tínhamos profissionais suficientes para atender a comunidade em todas as áreas. Estávamos rodeados só de psicólogos e faltavam profissionais para o trabalho multi-disciplinar. Uma situação de poucos profissionais e poucos estagiários, com a população tendo cada vez mais a necessidade de falar sobre suas coisas sem ter onde fazê-lo. Como não encontrávamos apoio de nenhuma entidade começamos a trabalhar com alunos, fazendo encontros para criar a necessidade desta cultura.

E - Em 1998, em Ribeirão Preto, na reunião da Sociedade Brasileira de Psicologia, estava marcada uma reunião sobre a Residência que foi cancelada porque não houve progresso nos debates sobre o tema.

Marta - Poucos mandaram contribuições. Mas, na reunião de 1999, trabalhamos sobre um documento que continha todas as nossas contribuições. Ele é importante porque apresentou uma discussão que sinalizava para a questão da prevenção. Acho fundamental a prevenção, mas é difícil falar nela sem saúde, sem termos um atendimento básico necessário. Nesta reunião também chegamos ao acordo que era o Conselho que tinha que levar adiante esta questão porque, em âmbito federal, o único que pode apresentar leis e projetos no Congresso é o Conselho, não as Universidades. Antes disso tínhamos tido um avanço importante, quando conseguimos, por vias políticas, que este assunto fosse levado para os Ministros da Educação e da Saúde, porque são eles que decidem. Mas resolvemos deixar o assunto para depois, até porque a comunidade psicológica não estava preparada.

E - Em que sentido que a comunidade psicológica não estava preparada?

Marta - Ninguém conhecia, ninguém sabia o que era. As pessoas associavam residência em psicologia como uma forma de depender da residência médica.

E - Como pensas que deveria ser a residência em Psicologia?

Marta - Dependeria da orientação teórica, clínica e política. O Conselho teria que estabelecer critérios para definir para quem seria e quais seriam os centros que poderiam abrigá-la. Não vai depender de universidade, governo ou partido político, mas sim da excelência enquanto o conhecimento que possa desenvolver. É um tipo de especialização que vai além, já que inclui a prática. A Medicina, por exemplo, começou como especialização, assim como nós também começaríamos. O fundamental é que os centros onde haja residência demonstrem eficiência no atendimento, progresso nas pesquisas e conhecimentos teóricos. Enfim, a residência seria feita em todos aqueles centros onde os psicólogos recém-formados ou com pouco tempo de formação possam receber uma verdadeira formação clínica, teórica e de pesquisa. Isso é fundamental, assim como o incentivo à pesquisa e grupo de trabalho. Afinal, se colocarmos um psicólogo em um local em que ele trabalhe individualmente dá no mesmo, porque o psicólogo é, naturalmente, um profissional solitário.



O psicólogo não pode se formar com os conhecimentos que recebe hoje

E - Quais as áreas que teriam residência?

Marta - Esta comissão de residência em psicologia tem duas linhas. Uma defende que seja só de residência clínica e a outra sugere que se abra: trabalho, escolar, comunitário etc. O que acontece é que não separamos a clínica do hospital e do comunitário. Fazemos um trabalho onde atendemos a todas as clínicas de saúde de POA.

E - Quando falas nós, estás te referindo a quem? É a universidade que vem puxando este traba-

lho ou vocês têm o apoio de outra instituição?

Marta – A idéia nasceu dentro da Universidade, mas o Sindicato dos Psicólogos nos apóia e deu carta aberta.

E - Seria importante esta base no Congresso se hoje a gente entende que é competência do Conselho a regulamentação das especialidades? Não seria interessante que as residências passassem pelos mesmos critérios que os Conselhos estabeleceriam para reconhecer as especialidades?

Marta - Não pode ser de outra forma... Mas residência e especialidade são duas coisas diferentes. O Conselho pode regulamentar, fiscalizar qualquer curso e reconhecê-lo. Outra coisa é propor um trabalho que se abra para o atendimento à população no que se refere a verbas. O que se pensa da residência é diferente de um curso de especialização como o que se faz na UFRGS. É uma residência, mas os médicos, por exemplo, ganham para trabalhar, não são mais estudantes, são profissionais reconhecidos. E de onde vem a verba para pagar os supervisores, funcionários? Quem vai custear? Neste sentido tem que haver uma regulamentação... Os cursos de especialização são aceitos pelo MEC. As residências tem que ser aceitas pelo MEC e pelo Ministério da Saúde...

E – Então o reconhecimento é uma situação e a ação é outra?

Marta – O Conselho vai ter ingerência sobre quais núcleos, quais centros vão ser escolhidos para oferecer residência, podendo fiscalizar, regulamentar e criar critérios para o reconhecimento de cursos privados ou públicos. A residência pretende algo além disso, não é só um curso teórico.



E - Porque consideras importante o reconhecimento da residência e das especialidade? Não criaríamos feudos ou grupos fechados que dominariam certas áreas, de psicólogos com visões reduzidas?

O meio universitário não se preocupa com uma formação globalista

Marta - Feudos existem. Quem está em determinada instituição ou é aprovado em concursos para as universidades têm sempre a influência da instituição a qual pertencem. O que levaria a residência é se estes feudos fossem mais compartilhados e se destacassem pela formação que oferecem. Este é um paradigma que temos que aceitar: os feudos existem, estão relacionados a nossas crenças e são uma forma de ver a profissão pelos diferentes grupos. Mas acho a residência importante porque, do jeito que estamos indo, com a quantidade de profissionais que se formam e o nível do ensino, cada vez mais o meio universitário está se preocupando com mestrados e doutorados e não com uma formação globalista. Quando digo globalista não me refiro só ao global nas diferentes áreas (trabalho, trânsito, clínica), mas que o psicólogo esteja aberto o suficiente e com conhecimentos gerais para trabalhar em equipe. Se uma pessoa está com depressão no trabalho o psicólogo tem que saber detectar se esta depressão vai ser acompanhada por um neurologista, porque pode ser um tumor; se tem que ser vista por um psiquiatra porque pode ser falta de algum elemento químico; ou se tem que mudar de trabalho ou fazer um tratamento. Esta formação está se dando menos na universidade, que centraliza em algumas áreas. O psicólogo não pode se formar com os conhecimentos que têm agora, mas se forma. E o que faz? Vai procurar um curso para o qual paga muito e obtem uma formação mínima, justamente num momento em que deveria receber algo. Pelo menos, com a residência o estudante tem algum tempo garantido para poder estudar e receber algo. Acredito que o governo ainda não se deu conta do quanto seria econômico ter residência em todas as áreas da saúde porque seria uma forma da comunidade ter um atendimento em várias áreas da saúde e muito mais rápido.

O provão e as provinhas

Pela Diretoria da ABEP

(Alysson Massote Carvalho, Sandra Maria Francisco de Amorim, Maria Inês Assumpção Fernandes, Walmir Rufino da Silva, Walter da Rocha Araújo e Maria Euchares de Senna Motta)

Quando cursava a antiga 6ª série do primeiro grau, semanalmente nosso professor de Matemática aplicava suas provinhas de 15 minutos com o objetivo de avaliar nosso desempenho em funções trigonométricas, geometria e equações de primeiro grau. Apesar da nossa semanal ansiedade diante daquelas avaliações, hoje, olhando para trás, percebe-se que foram muito úteis ao permitir que pudéssemos monitorar o nosso rendimento na disciplina, evitando o fracasso nas provas bimestrais e as famosas recuperações de final de ano.

Infelizmente, os responsáveis pelo Ensino Superior em nosso país, ao instituírem o famoso Provão, através do Decreto 2026 de 10/10/96, parecem manter sua preferência por desinências aumentativas (**ão**), sinalizando claramente interesse maior por resultados. O fato de no próximo dia 11 de junho os cursos de Psicologia estarem fazendo sua estréia neste processo cria excelente oportunidade para refletirmos sobre a temática.

Inicialmente deve-se ressaltar que a avaliação é parte imprescindível de qualquer processo, principalmente daqueles relacionados à aprendizagem. Contudo, se entre os seus propósitos o Provão objetiva propiciar uma avaliação diagnóstica, algumas ressalvas devem ser feitas.

Em primeiro lugar, é uma proposta limitada pelo seu caráter pontual, não permitindo aos alunos um acompanhamento sistemático da sua aprendizagem. Em segundo lugar, é reducionista num primeiro momento, ao focalizar a performance do alunado, deixando em segundo plano a análise e avaliação das condições institucionais em que os resultados foram obtidos.

Em terceiro lugar, é relativista na medida em que as avaliações são feitas a partir das médias obtidas pelos participantes. Este tipo de abordagem permite sérias distorções na interpretação dos resultados, uma vez que não qualifica um curso como bom ou ruim, apenas referencia-o como melhor ou pior que outro, comparativamente.

Estas ressalvas sinalizam a necessidade urgente de se propor alternativas a este modelo de avaliação do ensino superior. Alternativas que tenham entre os seus princípios norteadores a referência no processo de ensino-aprendizagem, em instrumentos que permitam aos alunos monitorarem seu próprio rendimento e que possibilitem também a avaliação dos aspectos institucionais considerados importantes para o aperfeiçoamento do ensino superior.

Concluindo, fazendo referência às avaliações citadas na introdução, parece-nos que estamos necessitando muito mais de "provinhas" do que de "provões".

É preciso propor alternativas a este modelo de avaliação

Novas Diretrizes Curriculares e Formação em Psicologia

William Barbosa Gomes
Professor de Psicologia da UFRGS e membro da Comissão de Especialistas de Ensino em Psicologia



Nos últimos dois anos, a Comissão de Especialistas de Ensino em Psicologia[1], sob a orientação do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), redigiu o Projeto de Resolução Regulamentando as Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia. O Projeto foi enviado para apreciação do CNE em 09 de dezembro de 1999. Durante a preparação do Projeto, a Comissão contou com a colaboração da comunidade científica e profissional em Psicologia, por meio de discussões e debates realizados em várias instituições universitárias e em congressos da área. Também foi grande o número de documentos contendo sugestões e críticas enviados por entidades científicas, profissionais, estudantis e sindicais a convite da própria Comissão. Assim, pode-se dizer que o Projeto apresentado ao CNE representa o conjunto do pensamento atual sobre formação em Psicologia.

As Diretrizes propõem uma nova concepção de formação universitária. Elas se caracterizam pela preocupação com um ensino universitário rigorosamente científico, desenvolvido através de múltiplas atividades, sensível às mudanças nas ciências e nas profissões, apoiado na ética geral e profissional, capaz de responder às demandas sociais e de introduzir demandas em favor de uma melhor qualidade de vida para todos. As Novas Diretrizes rompem com o conceito curricular tradicional baseado em conteúdos e disciplinas para propor um conceito de formação baseado em capacidades e habilidades.

Os termos capacidades e habilidades podem ser entendidos, em uma primeira leitura, como portadores de conceitos que restrinjam ou reduzam a formação para um ensino meramente técnico. No entanto, tal visão está longe de abarcar a amplitude destes conceitos. Por competência entende-se a especificação de desempenhos e atuações que devem ser implementadas na formação; já o termo habilidade refere-se aos requisitos necessários para o desenvolvimento de uma competência. Neste sentido, os conceitos de competência e habilidade abrangem todos os objetivos e meios operacionais exigidos por um programa de formação. Por sua vez, a exigência de definição clara de objetivos e a demonstração de como estes objetivos serão alcançados através do desenvolvimento de competências e de habilidades, trazem enormes desafios para os cursos. Na prática, requerem dos cursos a capacidade de constituir comissões organizadoras capazes de dialogar com os professores, de reduzir o isolamento entre disciplinas e de conceber um projeto de formação abrangente, não redundante, e integrada. Com isso afasta-se dois grandes impedimentos a uma boa formação: o tecnicismo, no qual o conhecimento profissional apresenta-se descontextualizado de suas bases científicas e sociais, e a falação, na qual o conhecimento profissional apresenta-se como pura retórica, desprovida da ação técnica e social.

Com as novas Diretrizes, as Instituições de Ensino Superior terão a oportunidade de renovar radicalmente seus métodos de ensino e de dar maior flexibilidade à organização dos seus cursos. No caso da Psicologia, as Diretrizes enfatizam três aspectos fundamentais da formação: 1) abordagem básica geral que demarque a identidade profissional em Psicologia, 2) organização curricular flexível que permita a instituição de ensino superior administrá-la com eficiência, através dos recursos decorrentes de sua tradição acadêmica, de sua infra-estrutura e de seu corpo docente, e 3) organização curricular flexível que permita ao estudante encontrar a sua identidade profissional particular neste universo básico geral. Assim, os Cursos de Psicologia serão organizados a partir de um núcleo comum, definido em termos de competências e habilidades, baseados em um conjunto de princípios e compromissos com a ciência, profissão, sociedade e ética, e complementados por ênfases profissionais de acordo com as disponibilidades da instituição e os interesses dos estudantes. Essa nova concepção vem estimulando o debate sobre possibilidades de uma formação pluralista, apoiada em sólidos fundamentos epistemológicos e voltada para formas de atuação inovadoras. Por outro lado, espera-se que a nova organização acadêmica, que deverá nascer desta proposta seja capaz de romper com o marasmo de aulas repetitivas e teóricas, distantes de um programa integrado entre rigor científico (laboratórios), exercício profissional (estágios e atividades práticas) e compromisso social (inserção crítica e construtiva na realidade nacional).

A implantação das Novas Diretrizes será acompanhada por avaliações sistemáticas dos cursos. Aliás, neste ano os alunos da Psicologia estarão participando pela primeira vez do Programa Nacional de Avaliação dos Cursos que incluirá tanto o Provão quanto a visita, por comissões constituídas por professores de Psicologia, a todos os cursos com alunos cursando o quinto ano. Tais cuidados poderão contribuir para a qualificação da graduação, do mesmo modo que procedimentos semelhantes contribuíram para a reconhecida qualificação da pós-graduação no Brasil. No entanto, estes esforços, mesmo que bem sucedidos, não serão suficientes para que seja alcançado o nível de qualificação profissional que a prática psicológica exige. É preciso que entidades profissionais também desenvolvam critérios de avaliação, por exemplo, para registro de novos diplomados. De acordo com a nova lei, um diploma universitário não se constitui em direito para o exercício profissional. A qualificação e ética profissional devem ser metas permanentes, tanto para gestores de políticas educacionais quanto para gestores de políticas profissionais.

[1] A comissão atualmente é constituída pelos professores Doutores Maria Ângela Guimarães Feitosa (coordenadora/ UNB), Anna Edith Bellico da Costa (UFMG), Antonio Virgilio Bittencourt Bastos (UFBA), Carolina Martuscelli Bori (USP), Marília Ancona-Lopez (UNIP/PUC-SP) e William Barbosa Gomes (UFRGS)

Psicologia e Direitos Humanos

Os psicólogos gaúchos estarão representados no **II Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos**, que será realizado nos dias 23, 24 e 25 de março em Brasília. O encontro, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia, pretende reunir profissionais que estejam desenvolvendo experiências e práticas diferenciadas em situações que envolvam os direitos humanos. Sete eixos temáticos vão conduzir os trabalhos: orientação sexual, tutela psiquiátrica, políticas voltadas para a infância e adolescência, situação carcerária e problemática dos direitos humanos, saúde do trabalhador/desemprego, gênero e violência e estabelecimento escolar e direitos humanos.

O apoio do CRP-07 foi fundamental para que vários profissionais do Rio Grande do Sul possam participar do Seminário, apresentando seus trabalhos e comentando suas experiências na área dos direitos humanos. Um deles é *Direitos Humanos nos Direitos Humanos*, que será defendido por Maria da Conceição Soares Beltrão Filha e Pedrinho Guareschi. Outro é *Abuso sexual infantil – compartilhando dores na esperança de reescrever uma nova história: uma experiência com grupos multifamiliares*, elaborado pela psicóloga Martha Narvaz e pela pedagoga Carmen Berwanger. Além destes, a psicóloga Ana Cristina Santos Metidiero participa com o tema *Violência doméstica e abuso sexual*, e Renato Caminha destaca o *Abuso Sexual Infantil*. Há também *Atenção integral à Saúde Mental: viabilizar cidadanias*, da psicóloga Tatiana Ramminger, e *Jusmulher: uma intervenção multidisciplinar voluntária na questão da violência contra a mulher*, que será apresentado pela psicóloga Ivone Coelho de Souza.

Quem não puder participar do seminário poderá conhecer os trabalhos dos colegas numa outra oportunidade. A Comissão de Direitos Humanos do CRP-07 está reservando um dia do mês de maio para promover um encontro dos profissionais ligados à área, oportunidade em que será feito um relato do *II Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos* e na qual os colegas serão convidados a mostrar seus painéis. Aguarde!

Práticas em Psicologia

A troca de experiências e a divulgação de trabalhos profissionais diferenciados são o objetivo da **I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia**, marcada para o período entre 5 e 7 de outubro no Centro de Convenções Anhembi, em São Paulo. O encontro, que está sendo organizado pelos Conselhos de Psicologia, terá como tema Psicologia e Compromisso Social, destacando experiências no serviço público, trabalhos junto a ONGS, cursos à população, atuações em empresas privadas, comunidades ou grupos específicos, entre outros. Os psicólogos que vêm desenvolvendo trabalhos nesta área podem se programar: as inscrições já estão abertas e seguem até o dia 30 de junho nos Conselhos Regionais, que vão estar recebendo os projetos dos interessados. Detalhe: os trabalhos podem ser apresentados em qualquer modalidade, incluindo vídeo, teatro, fotografia, relato, poster, entre outras. Informe-se!

Fique legal!

O prazo para o pagamento da terceira parcela da anuidade 2000 foi prorrogado até 15/04. O tributo, de caráter obrigatório e instituído por lei, garante a criação de projetos e a manutenção de serviços que qualificam o exercício profissional da Psicologia. Também vale ressaltar que a falta de pagamento pode acarretar multas e até mesmo a suspensão do exercício profissional.

Psicólogos que não estejam atuando profissionalmente ou que estejam com anuidades atrasadas podem buscar orientação junto ao seu Conselho Regional. Só não esqueça de ficar em dia com a Psicologia!

Metas dos psicólogos do Trânsito

A integração entre os psicólogos do trânsito continua. No mês de janeiro, o grupo se reuniu na sede do CRP-07 para conhecer e avaliar as deliberações do I Fórum Nacional do Trânsito (noticiadas no CRP7 Notícias de dezembro) e estabelecer um plano de ação para o ano 2000. Algumas das demandas apontadas na reunião são a de um envolvimento maior do psicólogo com o candidato que está fazendo as aulas práticas nos CFCs e uma análise mais aprofundada das avaliações psicológicas destes mesmo candidatos. Os psicólogos gaúchos também consideram necessário discutir melhor a obrigatoriedade do teste PMK (deliberada no Fórum), já que o mesmo é pouco difundido.

Durante todo este ano, os psicólogos do Trânsito pretendem se encontrar com mais freqüência, acompanhando as reuniões quinzenais da Comissão Especial do Trânsito do CRP-07. Esta, por sua vez, também tem alguns objetivos definidos para os próximos meses, principalmente no que se refere à realidade dos profissionais gaúchos. Entre outros planos, a comissão pretende discutir a viabilidade da inserção da disciplina de Psicologia do Trânsito no currículo dos cursos, e a atuação do fiscal do CRP-07 junto aos CFCs, assumindo uma postura de apoio e orientação aos profissionais que atuam na área.

Vem aí o site do CRP-07

www.crp07.org.br

Em breve, os psicólogos internautas terão mais um endereço obrigatório para acessar: o site do CRP-07. A página do Conselho Regional de Psicologia na Internet estará à disposição no endereço **www.crp07.org.br** nas próximas semanas. Entre as facilidades previstas para o site estão o contato com as comissões e o desenvolvimento de seus projetos, notícias e novidades para os profissionais, sites afins, cadastramento, estruturação do CRP e espaço para a publicação de colaborações.

CFP desenvolve pesquisa de opinião

O Conselho Federal de Psicologia contratou uma empresa – a WHO Pesquisas – para desenvolver uma pesquisa de opinião junto a psicólogos do Brasil inteiro. A pesquisa está sendo feita por telefone com alguns profissionais selecionados aleatoriamente do cadastro do CFP e inclui questões sobre a realidade profissional, percepções em relação à profissão e à instituição na qual trabalha. Portanto, se o colega receber algum telefonema que se encaixe nesta situação, pode atender sem receios.

CURTAS

Psicopedagogia: Profissão e especialidade

O Conselho Federal de Psicologia se posicionou contra a regulamentação da profissão de psicopedagogo, apresentada no projeto de lei 3124/97. O CRP-07 confirma e dá total apoio à decisão do CFP, pois considera que uma atividade em nível de especialização, desenvolvida já por profissionais da Psicologia e Pedagogia, não pode ser transformada em profissão.

O CFP, assim como o CRP-07, aponta para uma nova perspectiva que surge com o projeto de lei 4748/98, que propõe regulamentar a profissão de pedagogo. Assim, os profissionais com especialização em Psicopedagogia e formação básica em Pedagogia poderão se vincular ao Conselho de Pedagogia, enquanto os psicólogos que se especializaram e atuam como psicopedagogos podem se registrar no Conselho de Psicologia. Cabe, então, ao Legislativo o reconhecimento formal e a regulamentação da profissão de Pedagogo, com a criação de seus conselhos federal e regionais, para que os profissionais ligados à educação possam desempenhar com tranqüilidade suas funções.

Psicologia nos planos de saúde

Uma das principais reivindicações dos psicólogos está prestes a ser atendida. O Conselho Federal de Psicologia decidiu pelo apoio a emenda proposta pelo senador Lúcio Alcântara à Medida Provisória nº 1976-22 (de 11/01/00), que diz respeito aos planos de saúde. Pela proposta do senador, a expressão "assistência médico hospitalar" deve ser substituída por "cobertura assistencial" e, mais importante, amplia esta cobertura para as áreas da fonoaudiologia, **psicologia**, nutrição, terapia ocupacional e fisioterapia.

O CFP também pede que os conselhos regionais discutam esta proposta e entrem em contato com os senadores de sua região para que apóiem o posicionamento de Lúcio Alcântara. Segundo a presidente do CFP, Ana Bock, "a inclusão dos serviços dos psicólogos, bem como de outros profissionais da área da saúde, representa um avanço na compreensão de que assistência à saúde não se resume à assistência médica".

A próxima reunião

da Comissão de Trânsito será no dia 08 de abril, às 9h, na sede do CRP-07.

A Comissão de Trânsito

avisa que o Detran mantém um telefone exclusivo para denúncias relacionadas ao trânsito. Os psicólogos podem usá-lo para avisar sobre o trabalho no Centros de Formação de Condutores, principalmente no que se refere a pressões e más condições de trabalho. O telefone é (51) 212.2733.

Porto Alegre

foi sede da Reunião Regional Sul, oportunidade na qual as diretorias dos CRPs do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul discutem e avaliam questões referentes às demandas existentes e rotinas administrativas dos Conselhos. O encontro aconteceu nos dias 10 e 11 de março.

Os três CRPs do Sul

também estão organizando o I Encontro Sul-brasileiro de Psicologia, marcado para o período entre 27 e 27 de agosto em Curitiba. O evento terá um caráter científico, com espaço para apresentação de trabalhos, e possibilita aos profissionais um intercâmbio e contato com várias linhas de pensamento.

Um encontro cheio de assuntos

A primeira **Assembléia Nacional de Delegados** do ano teve pauta extensa, com a discussão de várias questões importantes para a categoria. Entre estas se destacam os critérios para cadastramento de cursos de extensão e especialização, a situação dos professores de ética e de métodos/técnicas, o cronograma dos Conselhos para 2000 e 2001, a avaliação psicológica em concursos públicos e o ensino da Psicologia no 2º grau. Algumas resoluções sobre estes e outros assuntos serão detalhados no próximo Entrelinhas com base no material e nos debates acompanhados pela presidente do CRP-07, Andréa Lompa, e a tesoureira, Simone Schmidt, que participaram da Assembléia realizada em Brasília entre 17 e 19 de março.

CARTA ABERTA

Os psicólogos reunidos na Assembléia Nacional dos Delegados, em Brasília, elaboraram uma carta na qual divulgam seu posicionamento a respeito de uma polêmica bem atual, envolvendo a pessoa de Nicéa Pitta. O texto é o seguinte:

"O Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de Psicologia, reunidos em Brasília em 17 a 19 de março de 2000, decidem tornar público o repúdio à tentativa de desqualificar as denúncias de corrupção feitas pela senhora Nicéa Pitta.

Após as denúncias, foram feitas afirmações sobre a sra. Nicéa, que fazem referência a uma possível doença mental. Isto tem duas conseqüências graves: por um lado facilita o escamoteamento das denúncias cujo conteúdo exige averiguação imediata; por outro, reforça o preconceito em relação aos portadores de sofrimento mental, por desqualificar suas ações.

Até mesmo a atribuição aos litígios de separação no casamento como motivação para a apresentação das denúncias deve ser repudiada por toda a sociedade. Trata-se de novo preconceito, agora dirigido às mulheres. Exigimos a apuração imediata das denúncias!"



agenda

Sede do IEPP

O Instituto de Ensino e Pesquisa em Psicoterapia mudou de endereço. Agora está na Avenida Bagé, nº 368, bairro Petrópolis, em Porto Alegre (cep 90460-080). O telefone é (51) 333.4801.

Instituto Wilfred Bion

está oferecendo novos cursos a profissionais e estudantes de Psicologia: Um Estudo da Teoria em Freud, A Sexualidade Feminina, A Obra de Bion, Freud: o Aparelho Psíquico e a Metapsicologia - suas Articulações com a Clínica e O Transgeracional como Fundante na Constituição do Psiquismo. Os encontros são semanais e as inscrições já estão abertas. Informações pelo telefone (51) 332.3943

XVIII Congresso Latino-Americano de Psicanálise
De 02 a 09/09/00 em Gramado (RS)
Informações (51) 221.8157 ou www.fepal.com.br

I Simpósio Brasileiro de Pesquisa em Psicanálise
Avanços e Perspectivas para a Produção em Psicanálise
Dias 24 e 25/03 em Porto Alegre, (RS)
Informações (51) 316.5446

A Clínica Psicanalítica
Jornada de Abertura da APPOA
Dia 08/04, no Hotel Continental de Porto Alegre
Informações (51) 333.2140

Psicoterapia Psicanalítica Infantil
Início em março de 2000, com encontros semanais
Inscrições abertas no Gaepsi
Informações (51) 331.3781 ou 346.2794

IX Encontro Sul-Americano de Recursos Humanos/XII Encontro Nacional de Administradores e Psicólogos
De 17 a 20/05/00 em Gramado (RS)
Informações (51) 332.9293

Psicoterapia Psicanalítica de Adultos
Início em março de 2000, sempre às terças-feiras
Inscrições abertas no Gaepsi
Informações (51) 331.3781 ou 346.2794

II Curso de Extensão em Clínica Psiquiátrica
Encontros mensais com palestrantes convidados
Inscrições abertas no Centro de Estudos Luís Guedes
Informações (51) 330.5655 ou 316.8416

Psicoterapia Familiar e de Casal
Início em agosto de 2000, com dois anos de duração
Inscrições abertas na Unisinos
Informações (51) 591.1122

Mediação Familiar
Início em março de 2000, com duração de um ano
Inscrições abertas no Centro de Estudos da Família
Informações (51) 346.1525 ou 222.5578

Formação Profissional - A Facilitação da Escolha
Início em março de 2000, com um ano de duração
Inscrições abertas no Colégio João Paulo I
Informações (51) 343.3390 ou 343.8374

Psicoterapia Psicanalítica: Criança, Adolescente e Adulto
Encontros quinzenais, para profissionais do interior
Inscrições abertas no Instituto Abuchaim
Informações (51) 337.5213 ou 337.5304

Grupos de estudo sobre terapia de casal e psicoterapia
Encontros diversos, para debates e reflexão
Inscrições abertas na Clínica de Psicoterapia - Instituto de Mediação
Informações (51) 222.6134

III Conferência Internacional sobre Infecção pelo HIV em Mulheres e Crianças
De 05 a 07 de abril de 2000 em Santos (SP)
Informações (13) 236.5100

Intervenção e Prevenção em Violência Doméstica
Início em abril de 2000, com duração de um ano
Inscrições na faculdade de Serviço Social da PUC/RS
Informações (51) 320.3539

VI Congresso Brasileiro de Psico-Oncologia
Ecos em Psico-Oncologia: As Repercussões da Doença na Vida
De 03 a 07 de maio de 2000 em Gramado (RS)
Informações (51) 311.2578 ou 311.9456

Curso de Extensão em Neuropsicologia
Programa intensivo, com módulos nos finais de semana
Início em junho de 2000, na Universidade Federal do Rio de Janeiro
Informações (21) 295.3796

A Abordagem Centrada na Pessoa
Início em março de 2000
Informações no Delphos Instituto de Psicologia
Informações (51) 330.6062

Encontros e Desencontros
Descobrindo a Psicologia do Esporte
De 05 a 07 de maio em São Paulo
Informações (11) 3061.9494

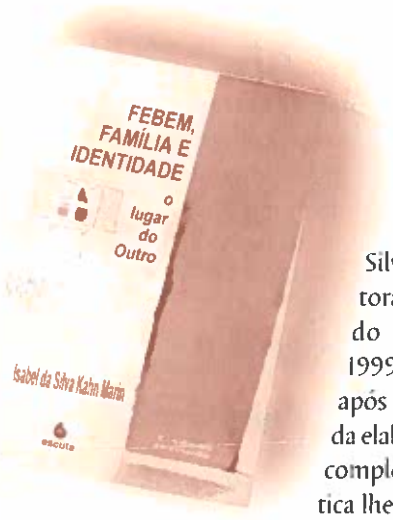
STRESS

A Associação Internacional de Controle do Stress (ISMA) está ganhando uma representação brasileira, com sede em Porto Alegre. Criada para desenvolver pesquisas e formar profissionais aptos a lidarem com o stress, a ISMA já existe em 12 países e não tem fins lucrativos. Em Porto Alegre, as informações sobre a ISMA podem ser obtidas pelo telefone (51) 346.2568 ou na rua Padre Chagas, 185/1104.

FEBEM, FAMÍLIA E IDENTIDADE:
o lugar do Outro ou

Retratos do Brasil

Siloé Rey
Psicóloga
Presidente da Comissão de Formação do CRP-07



O livro de Isabel da Silva Kahn Marin, que a Editora Escuta colocou no mercado no segundo semestre de 1999, é a re-edição, revisada após 11 anos de sua produção, da elaboração da autora acerca de complexas questões que sua prática lhe coloca. Como supervisora de estagiários de Psicologia que intervém em instituições de abrigamento de crianças e jovens, Isabel começa a indagar-se sobre questões fundamentais a respeito da estruturação subjetiva destes que têm substituídos seus laços familiares pelo aparato institucional. Por outro lado, pergunta o quanto a instituição pode ou não ser uma alternativa para a criança "conquistar sua identidade" (pg.2). Suas inquietações organizam-se no livro em três capítulos. O primeiro capítulo,"O Outro como referência: o Complexo de Édipo ou o Significado da Falta", é onde a autora articula as questões teóricas que dão sustentação à sua observação. Faz uma articulação interessante da teoria psicanalítica entre autores como Freud, Dolto, Mannoni, Lacan, sustentando aí sua concepção de sujeito. Embora sem encarar de frente a problematização teórica dos conceitos de identificação e identidade, já que não são sinônimos no referencial que escolhe[2], sua contribuição mais criativa é na articulação que faz sobre a questão da falta em torno da qual o sujeito se estrutura e o aspecto paradoxal de como a instituição lida com esta mesma questão, transformando-a em puro sintoma. O segundo capítulo apresenta a instituição que observou, e a metodologia de intervenção que utilizou, e no terceiro, ilustra suas reflexões com elementos dos casos com os quais se defrontou, chamando-o "O Destino do Eu no Outro Institucional".

O livro descreve a experiência que se repetiu em muitas FEBEMs do país e as questões com as quais as equipes tiveram que se deparar ao implantar o modelo proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, nos assim chamados Programas de Abrigos Residenciais. Estes programas re-editaram a discussão sobre a adequação de se tomar o modelo familiar como referência, numa tentativa de minimização dos efeitos institucionais na formação dos sujeitos a ela confiados, já amplamente descritos em estudos psicológicos e psicanalíticos (Sptiz, Bowlby,Winnicott, por exemplo).

Isabel integra com liberdade as perguntas em torno da constituição do sujeito e os questionamentos oriundos da experiência institucional, como a profilaxia, o assistencialismo, o lugar a ser ocupado, já que acredita que como "supervisores, psicanalistas institucionais e educadores temos um papel fundamental" (p. 16). Embora a designação "psicanalista institucional" com a qual a autora se define, do meu ponto de vista, ainda tenha que ser melhor definida, ou até construída, seu texto é um testemunho do quanto quem intervém no âmbito social não pode passar batido por questões que talvez sejam consideradas do âmbito do profano. Sabe que tais questões são carne viva e letra inscrita na instituição, exigindo de quem intervém em instituições com o fim de suplência da função familiar, um diálogo sistemático com as questões educativas e profiláticas que povoam o imaginário institucional. É neste sentido que temos tido dificuldade de avançar na elaboração teórica das práticas de psicanalistas no âmbito das instituições, já que é preciso uma certa coragem, que não faltou a autora, para posicionar-se considerando questões que poderiam sugerir uma certa "impureza" no âmbito da psicanálise. Isabel apresenta-se preocupada com a profilaxia, conta sobre suas experiências em outros âmbitos clínicos e das contradições com as quais teve de lidar... "Desse modo, a minha prática acabou me levando a buscar em outras referências teóricas, aproximações que permitissem dar conta dessas contradições" (p. 22), assim como lança mão a entendimentos oriundos da psicologia institucional (o velho Bleger, por exemplo). Tem coragem até para dizer o quanto as teorias nos produzem a sensação de insuficiência quando o assunto é a intervenção social. Só que nesta busca retorna à própria psicanálise, já que é essa teoria que vai sustentá-la na articulação entre a ordem subjetiva e institucional.

Diz-se que os técnicos das instituições tem dificuldades de refletir sobre sua prática produzindo conhecimento, pois identificam-se com a clientela objeto de sua intervenção institucional, colocando-se na posição de desvalidos, tal qual o sistema assistencialista os trata. Sabe-se que é realmente muito difícil produzir conhecimento onde se concretiza, no sistema, a renegação social. Sabe-se também que trabalhar e produzir elaborações intelectuais em uma instituição que expõe ao contato com o desamparo básico que nossa condição de sujeito nos impõe, atualizada sobremaneira na relação com a criança e o jovem em situação de institucionalização, são verdades que precisam de certa maneira ser negadas para que se possa sobreviver no cotidiano institucional. No entanto, são estas mesmas razões que apontam para a importância de compartilhar as questões que, em menor ou maior grau, assombram a prática da intervenção institucional. O presente texto consegue exemplificar de maneira simples a coragem que é necessária para se viver, num país cujo retrato nem sempre é bonito de se ver.

É difícil produzir conhecimento ... ... onde se concretiza a renegação social

IMARIM, Isabel da Silva Kahn. *FEBEM, FAMÍLIA E IDENTIDADE: o lugar do Outro.* 2ª ed. SP: Editora Escuta, 1999.

2"... poderíamos dizer que as identificações são uma lenta hesitação entre o "eu" e o "outro", ao passo que a identidade é finalmente encontrar um eu que poderia (ilusoriamente) estar livre de qualquer relação de objeto." in KAUFMANN, P. "Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: o Legado de Freud e Lacan". RJ: Jorge Zahar Ed., 1996.